

DIFICULDADES DOCENTES NO SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ – SPAECE

Rui Vicente Feitoza Muniz ¹

RESUMO

A pesquisa desenvolvida tem como objeto de estudo as dificuldades docentes no Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará — SPAECE, tem como principal objetivo descrever as dificuldades apresentadas pelos professores no processo de avaliação educacional do SPAECE, o conceito de avaliação, e de forma resumida mostrar o processo de criação desse sistema de avaliação e apresentar as principais dificuldades vivenciadas pelos docentes no Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica valendo-se de leituras de livros, artigos, dissertações e teses para formular o corpus do trabalho e os principais resultados encontrados foi a necessidade que o professor precisa fazer uma reflexão após a avaliação e saber fazer uso dos resultados dela. Além disso, o Estado do Ceará criou um sistema próprio de avaliação baseado no SAEB e que serve de base para a formulação de suas políticas públicas somado a isso uma rede de professor que estão em constante processo de formação para fazerem bons resultados das avaliações externas.

Palavras-chave: SPAECE, Avaliações, Professores e Educação.

INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1990, o Brasil está inserido em um contexto de mudanças sócio-políticas desencadeadas pela intensa urbanização, expansão do sistema educacional e pelo desenvolvimento tecnológico. Tudo isso converge para a necessidade de atribuir um peso significativo à educação enquanto instrumento qualificador da mão de obra necessária ao novo mercado de trabalho. É nesse cenário que vemos surgir o desenvolvimento de políticas de Estado para a educação do país de e ações governamentais no âmbito da União e dos estados para acompanhamento e avaliação da educação do Brasil, dentre essas ações, destacamos o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE).

Nesse contexto político de atuação do Estado, é possível perceber que o SPAECE é o resultado da "(re)adequação" de um país cada vez mais urbanizado a imperativos do cenário mundial globalizado que, entre outras coisas, exigia uma sociedade organizada em torno da informação e da tecnologia e que, dessa forma, pudesse enfrentar, por meio

¹ Graduado em Letras pela Universidade Regional do Cariri – URCA, pós-graduado em Literatura de Expressão em Língua Portuguesa, Gestão Escolar e Educação Inclusiva pela Faculdade João Calvino, mestre em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma del Sur – PY e doutor em Ciências da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental – UTIC – PY. rui mauriti@hotmail.com

CONEDU XI Congresso Nacional de Educação

da universalização da educação, o analfabetismo, a gritante desigualdade social e o desemprego.

É necessário sublinhar que a atuação estatal na constituição de políticas educacionais, sejam elas de avaliação e/ou de ensino, acontece por meio de diretrizes e documentos oficiais. Esses documentos funcionam na sociedade como um currículo, na medida em que propõem abordagens educacionais que orientam a prática escolar e docente por meio da difusão de conhecimentos, pedagogias e orientações educacionais. Essa conjuntura político-social, inevitavelmente, fortalece o controle do Estado na/para a educação. Consideramos, nessa discussão, sobretudo, o ensino e a avaliação dos conhecimentos de Língua Portuguesa.

Dessa maneira, o Governo do Estado do Ceará através da Secretaria da Educação vem implementando o Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará, com o início dessa avaliação no ano de 1992. Essa pesquisa problematiza-se acerca de quais são as dificuldades apresentadas pelos professores no processo de avaliação educacional do SPAECE.

Com isso, objetiva-se de forma geral descrever quais são as dificuldades apresentadas pelos professores no processo de avaliação educacional do SPAECE e como objetivos específicos pretende-se descrever o conceito de avaliação, resumir o processo de criação desse sistema de avaliação e apresentar as principais dificuldades vivenciadas pelos docentes no Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará.

METODOLOGIA

Essa pesquisa terá uma abordagem qualitativa, tendo em vista que buscará descrever o fenômeno e não o quantificar e usará como enfoque o bibliográfico, pois se baseará em leitura em livros, artigos científicos, dissertações e teses para servir de subsídio para a formulação do referencial teórico que formulará o *corpus* do trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

Avaliação Educacional: Conceitos Iniciais

























A avaliação educacional quando é elaborada tem a finalidade de prover a mudança de práticas docentes e a melhoria na qualidade da educação. Casassus (2009) ressalta que vários esforços, como a valorização dos professores, a construção de escolas e a distribuição de livros não melhoraram as pontuações das provas, pelo contrário, em alguns países como o Brasil, essas pontuações baixaram. Dessa maneira, percebe-se a seriedade que tem que ser levado o processo de avaliação.

Como sabemos, as ações de julgar e comparar fazem parte do universo humano, logo esse também é um processo avaliativo por natureza e faz parte do nosso dia a dia.

Conforme Villas-Boas (1998, p. 21) apresenta, as práticas avaliativas podem, pois, servir à manutenção ou à transformação social. Ainda para essa autora, a avaliação escolar não acontece em momentos isolados do trabalho pedagógico; ela o inicia, ocorre durante todo o processo e o conclui. A avaliação escolar, também chamada avaliação do processo ensino-aprendizagem ou avaliação do rendimento escolar, tem como dimensão de análise o desempenho do aluno, do professor e de toda a situação de ensino que se realiza no contexto escolar. Nesta perspectiva a avalia o processo de ensinar, que é responsabilidade do professor e da escola que tem seu saber sistematizado e a função de aprender, que faz parte das ações discentes.

Dessa forma os processos avaliativos se como processual e contínuo. Na avaliação processual é avaliado o processo como um todo e não apenas uma parte dele e na avaliação pontual observa-se a apenas o resultado em um determinado momento. Assim, a avalição precisa ser algo processual e contínuo a fim de buscar o desenvolvimento do educando.

Outro ponto que carece atenção são as formas em que os dados da avaliação são mensurados, uma vez que podem ser avaliação quantitativa e qualitativa. A avaliação quantitativa consiste em mensurar a nota do educando e torna-se uma avaliação classificatória, elevando os que estão acima do que se estabelece por média e exclui-se o que fica abaixo dela. E a avaliação qualitativa é aquilo que não pode ser mensurada, pois observa-se o processo de ensino e aprendizagem e a forma contínua e global dela.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB em seu Art. 24. V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.





























E tem como principais princípios:

- a integralidade cujo ponto central está na avaliação perceber o estudante como um todo e considerando os envolvidos no processo;
- 2) A funcionalidade que se centra na avaliação que busca ter objetivos educacionais;
- 3) Orientação que direciona a prática escolar e que por sua vez não pode apresentar um caráter excludente;
- 4) A sistematicidade que a avaliação deve ser bem planejada, integrando todo o trabalho educativo.

Conforme Libâneo a avaliação: Reflete a unidade objetivos-conteúdos-métodos, possibilita a revisão do plano de ensino, ajuda a desenvolver capacidades e habilidades, volta-se para a atividade dos alunos, deve ser objetiva, ajuda na percepção do professor e reflete valores e expectativas do professor em relação aos alunos.

Há três funções da avaliação a saber: três funções, sendo elas:

Função diagnóstica: é realizada no início do processo para direcionar o trabalho do professor. Nessa fase é estudado e levantado os conhecimentos prévios dos alunos para que o professor possa verificar como colocará em prática o seu planejamento, de forma a atender as características dos alunos.

Função formativa ou processual: é realizada durante o processo para acompanhar o desenvolvimento dos alunos. A função formativa proporciona ao professor e aos estudantes as informações necessárias para corrigir as possíveis falhas, estimulando todos a continuarem o trabalho. Nessa fase encontra-se o famoso feedback que reorienta os envolvidos em suas tarefas de forma positiva.

Função somativa (classificatória): é realizada no final do processo, classificando os alunos quanto ao nível de desenvolvimento. Esta fase oferece também as informações necessárias para o registro das atividades que foram desempenhadas pelos alunos.

Conforme assegura Luckesi (2003): A tradição dos exames escolares, que conhecemos hoje, em nossas escolas, foi sistematizada nos séculos XVI e XVII, com as configurações da atividade pedagógica produzidas pelos padres jesuítas (séc. XVI) e pelo Bispo John Amós Comênio (fim do séc. XVI e primeira metade do século XVII).

No entanto, há registros de que tal prática antecede a esse período, pois, na China, três mil anos antes de Cristo, já se usavam os exames para selecionar homens para o exército. Todavia, os exames escolares, como praticados hoje em nossas escolas, foram sistematizados com o advento da modernidade e sua consequente prática educativa















(Luckesi, 2003, p. 16) percebendo assim, que o processo avaliativo vem de tempos pretéritos e fará parte de tempos futuros.

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará – SPAECE

O sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE, criado em 1992, pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC, tem o objetivo de coletar várias informações e diagnosticar a qualidade da educação pública desse estado, produzindo os resultados por aluno, turma, escola, CREDE (Coordenadorias Regionais para o Desenvolvimento da Educação) e por sua vez do próprio estado e promover um ensino de qualidade e equânime para todos os alunos da rede pública.

Houve a implantação do primeiro ciclo do SAEB, em 1990, e o Ceará tem uma reconhecida participação por ser um dos poucos estados do Brasil a elaborar um relatório específico com dados mostrando a situação educacional do estado, com base na avaliação do SAEB. Esses dados revelaram que o Estado do Ceará de acordo com os indicadores educacionais apresentava inúmeros e graves problemas a serem enfrentados tais como: o acesso ao ensino básico e com isso a sua universalização, a produtividade do sistema educacional e a qualidade e o rendimento escolar.

A avaliação criada no início da década de 90 caracteriza-se como uma avaliação externa de larga escala e avalia as competências e habilidades dos alunos do Ensino Médio e do Fundamental em Língua Portuguesa e Matemática vale destacar que essas informações coletadas na avaliação identificam o nível de proficiência e a evolução do desempenho dos alunos ao longo do ano além de servir de suporte para a criação de políticas educacionais.

Essa avaliação é realizada de forma censitária nas escolas públicas estaduais e municipais e se baseia nas Matrizes de Referência alinhadas com as do sistema de Avaliação da Educação Básica. Foi pensado como forma de medir a proficiência dos estudantes da rede nas disciplinas já mencionadas, bem como mensurar os resultados das unidades escolares, desempenho das CREDEs e das redes de ensino para com isso ir sendo criadas políticas públicas para auxiliarem os sistemas de ensino.

Além disso, com o passar das suas edições o SPAECE tornou-se uma ferramenta essencial à formação do debate público e para promover as ações orientadas para a















melhoria e execução da democratização do ensino a fim de ser garantido a todos a igualdade, o acesso e a permanência na escola, condições garantidas aos cidadãos através de nossa Constituição.

Dessa forma, essa avaliação de larga escala objetiva: Avaliar e produzir informações sobre o rendimento médio das escolas em relação ao desempenho dos alunos para subsidiar a formulação de políticas educacionais, possibilitar à comunidade escolar e à sociedade em geral o acompanhamento efetivo dos resultados obtidos pelas escolas e pelo sistema de ensino e promover a articulação de mecanismos de avaliação com as novas de tecnologias educacionais.

Com isso uma finalidade inerente à essa avaliação é que permite montar um quadro sobre os resultados da aprendizagem dos professores e alunos com seus pontos fracos e fortes e sobre as características dos professores e gestores e das escolas estaduais, pois todo ano é disponibilizado um questionário aos professores de Língua Portuguesa e Matemática e aos gestores que respondem e por sua vez são feitos e divulgados boletins no outro ano para subsidiar as ações do Estado a respeito da educação. E em se tratando de uma avaliação de característica longitudinal, possibilita, ainda, acompanhar o progresso de aprendizagem de cada aluno ao longo do tempo.

A avaliação é muito importante no processo educativo além de ser um instrumento eficaz de gestão a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) a partir de 2007 vem incorporando a avaliação e expandindo a avaliação do Ensino Médio. Dessa forma, o SPAECE foi configurado em três focos diferentes: Avaliação da Alfabetização -SPAECE-Alfa (2º ano), Avaliação do Ensino Fundamental (5º e 9º anos) e Avaliação do Ensino Médio (3^a séries).

A idealização do SPAECE-Alfa surge em decorrência da reconhecida importância na alfabetização das crianças logo nos primeiros anos de escolaridade, expressa através do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC). O SPAECE-Alfa consiste numa avaliação anual, externa e censitária, para identificar e analisar o nível de proficiência em leitura dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental das escolas da Rede Pública (estaduais e municipais), possibilitando construir um indicador de qualidade sobre a habilidade em leitura de cada aluno, o qual permite estabelecer comparações com os resultados das avaliações realizadas pelos municípios e pelo Governo Federal (Provinha Brasil).



























A Avaliação do Ensino Fundamental é realizada nas séries finais de cada etapa do Ensino Fundamental, com a finalidade de diagnosticar o estágio de conhecimento, bem como analisar a evolução do desempenho dos alunos do 5º e 9º anos e os fatores associados a esse desempenho, produzindo informações que possibilitem a definição de ações prioritárias de intervenção na Rede Pública de ensino (estadual e municipal).

A Avaliação do Ensino Médio, realizada anualmente de forma censitária, envolve todas as escolas da Rede Estadual de ensino e seus anexos, localizadas nos 184 municípios cearenses.

Essa avaliação tem por principal finalidade produzir informações sobre o rendimento escolar dos discentes cearenses e analisar os fatores associados ao desempenho dos alunos para subsidiar a formulação e o monitoramento das políticas educacionais. Fazendo assim, um retrato da situação da escola pública do Estado e de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem da escola. Dessa forma, norteiam as escolas públicas com dados específicos, retratando o nível das proficiências individuais em Língua Portuguesa e Matemática.

Os principais resultados que essa avaliação vem alcançando no decorrer de sua trajetória, desde 1992, com a exceção do ano de 2020 que não ocorreu esse processo em virtude da situação pandêmica enfrentada pelo país e com as aulas em formato remoto não permitiram a aplicação da avaliação. Revela que o nível de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática vem crescendo com o passar dos anos, porém em Matemática os números apresentam um crescimento menor e mais lento do que em Língua Portuguesa. Vale mencionar que a escala de proficiência é dividida nos seguintes níveis: muito crítico, crítico, intermediário e adequado e que um dos principais desejos do estado é que em todas as séries avaliadas os níveis cheguem ao adequado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dificuldades Vivenciadas pelos Docentes no Sistema Permanente de Avaliação Da Educação Do Ceará

Não se pode falar em dificuldades do Sistema Permanente da Avaliação da Educação do Ceará sem antes a evolução do processo dessa avaliação. Conforme veremos no quadro abaixo que foi produzido para a pesquisa: SPAECE pesquisas e propostas de



























ação, dos organizadores: Eloisa Vidal, Anderson Gonçalves Costa e Erineuda do Amaral Soares.

ANO	ABRANGÊNCIA	SÉRIE/ANO	INOVAÇÕES
1992	Fortaleza – amostral	4º e 8º EF	
1993	Fortaleza e 14 municípios sede das Delegacias	4º e 8º EF	
1994	Fortaleza e 14 municípios sede das Delegacias	4º e 8º EF	
1996	Fortaleza e 14 municípios sede das Delegacias + 5 municipalizados	4º e 8º EF	Adoção da TRI
1998	Fortaleza e 20 municípios sede dos Crede + 2 municípios por Crede	4º e 8º EF	
2001	Adesão das escolas (184 municípios) – Spaece-Net	8º EF e 3ª EM	Criação do Prêmio Es- cola do Novo Milênio
2002	Adesão das escolas (179 municípios) – Spaece-Net	8º EF e 3ª EM	Aplicação das provas com uso de compu- tador
2003	Adesão das escolas (184 municípios) – Spaece-Net	8º EF e 3º EM	
2004	Universalizado para as redes estadual e municipal	4º e 8º EF e 3º EM	Criação do Prêmio Escola Destaque
2006	Universalizado para as redes estadual e municipal	4º e 8º EF e 3º EM	
2007	Universalizado para as redes estadual e municipal	2º EF	Alteração na Lei do ICMS Criação do Paic
2008	Universalizado para as redes estadual e municipal	2º, 5º e 9º EF e 1º, 2º e 3º EM	Aplicação em todas as séries do Ensino Médio
2009	Universalizado para as redes estadual e municipal	2º e 5º EF e 1ª, 2ª e 3ª EM	Criação do Prêmio Escola Nota dez
2010	Universalizado para as redes estadual e municipal	2º, 5º e 9º EF e 1ª, 2ª e 3ª EM; EJA (AF e EM)	
2011	Universalizado para as redes estadual e municipal	2º, 5º e 9º EF; 1ª, 2ª e 3ª EM; EJA (AF e EM)	Inclusão do 5º ano na Lei do ICMS
2012	Universalizado para as redes estadual e municipal	2º, 5º e 9º EF; 1ª, 2ª e 3ª EM; EJA (AF e EM)	
2013	Universalizado para as redes estadual e municipal	2º e 5º EF; 1º EM e EJA (AF e EM) Amostral: 9º EF; 2º e 3º EM	
2014	Universalizado para as redes estadual e municipal	2º, 5º e 9º EF; 1º EM e EJA (AF e EM) Amostral: 2º e 3º EM	
2015- 2019	Universalizado para as redes estadual e municipal	2°, 5° e 9° EF; 1° e 3° EM* e EJA (AF e EM)	Inclusão do 9º ano na Lei do ICMS

Dessa forma, uma das maiores dificuldades no processo de avaliação foi a sua implementação no cenário cearense. Mas isso ao passar do tempo serviu de base para a criação desse modelo em outros municípios.



























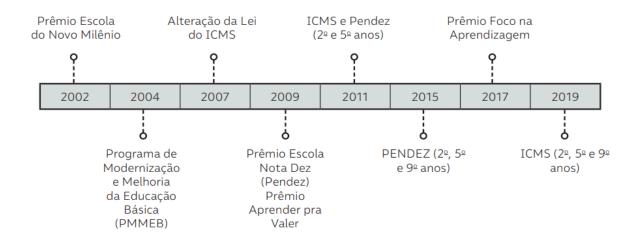


Esse movimento contínuo em torno das avalições estadual e federal vem criando derivativos nos municípios, que, no afã de melhoria contínua, começaram a criar mecanismos próprios de avaliação, que já ocorrem em 64 cidades (Oliveira; Costa; Vidal, 2021).

Como iniciativa de ação política, o SPAECE tem um diferencial, pois adiciona ao seu projeto dispositivos legais que preveem recursos para premiações de alunos e escolas que obtiverem destaque nos resultados. Na gestão do governo Cid Gomes (2007-2014), as iniciativas de avaliação se ampliaram, passando a se fazer presente não só na agenda educacional, mas na pauta do governo. Para tanto, houve grande esforço no processo de mobilização dos envolvidos para demonstrar a importância desse modelo avaliativo para municípios, escolas e professores em torno dos alunos e da qualidade educacional oferecida.

Outra dificuldade desse sistema de avaliação foi atrelá-lo à política de Gestão de resultados. Após a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) pelo Governo Federal o Ceará já vinha implantado essas iniciativas desde o início dos anos 2000. Conforme Anderson (2005), um dos modelos possíveis das políticas de responsabilização são aqueles orientados pelos resultados das escolas e que responsabilizam os professores pela aprendizagem dos alunos. Por isso, essas políticas envolvem tanto a avaliação educacional como o uso de mecanismos de premiação destinado às escolas e aos profissionais envolvidos no processo.

Dessa maneira para ilustrar melhor apresentamos abaixo uma Linha do tempo construída por Eloisa Vidal, Anderson Gonçalves Costa e Erineuda do Amaral Soares. para representar a política de responsabilização do Ceará.



























Dessa maneira, essas foram políticas criadas para responsabilizar e organizar a educação cearense. A esse respeito Pequeno e Lima (2006, p.10) apresenta que os objetos da avaliação consistem em:

> [...] conhecer a realidade do sistema educacional cearense, com base na aferição do desempenho escolar dos alunos; sedimentar a cultura avaliativa para subsidiar a formulação e o monitoramento das políticas e estratégias de melhoria da qualidade do ensino público; possibilitar a todos os elementos envolvidos no processo educativo (alunos, professores, diretores, pais, administradores, técnicos e especialistas) um acompanhamento efetivo dos resultados obtidos por suas escolas. (2006, p. 10)

A esse respeito, é importante conhecer sempre a realidade de qualquer sistema educacional e um grande desafio do docente é realmente conhecer por dentro de cada de sistema educacional e saber dos resultados objeto pedagógico. Também é importante monitorar cada ação e buscar desenvolver estratégias para melhoria de resultados.

A estrutura física e organizacional das escolas não foi tema específico de nenhuma pesquisa realizada com suporte no conceito de escolas eficazes, uma vez que desde o relatório Coleman (2008), estudo de origem da temática em foco, ficou revelado que uma escola bem equipada, com boa estrutura física, não significava necessariamente uma escola eficaz. A presença de equipamentos (biblioteca, laboratórios, recursos didáticos) não tornava a escola melhor, era preciso utilizar esses recursos de maneira eficaz para obter resultados significativos. Nesta perspectiva, a estrutura também influencia nos resultados e as escolas, mesmo que não os define e grande parte dos professores também atribuem parte dos resultados à estrutura que se tem.

Sabe-se também que Conforme Blasis (2013), as informações produzidas pelas avaliações externas ainda não são suficientemente exploradas como subsídio para gestão educacional e o trabalho pedagógico." (BLASIS, 2013, p. 253). É uma das dificuldades a falta de exploração dos resultados das avaliações externas no contexto educativo. Dessa forma, o próprio docente não reflete sobre a prática avaliativa.

Soligo (2010) acrescenta que

gestores e professores necessitam conhecer e entender o processo de construção da matriz curricular para poderem problematizar a avaliação levantando críticas e soluções para problemas de aprendizagem em suas escolas e identificar situações que não aparecem nos resultados dos testes. (SOLIGO, 2010, p. 4).





























É importante lembrar que, de acordo com Perrenoud (1999), o diagnóstico é inútil se não der lugar a uma ação apropriada. Assim, percebemos que cada resultado de uma avaliação precisa ceder espaço a uma ação docente. Santos et al. (2015) concordam, ao afirmarem que de nada tem utilidade um diagnóstico, caso não haja uma ação adequada para a transformação da realidade evidenciada. E é exatamente nesse ponto que se evidencia o papel do professor em tal contexto, pois, ainda conforme as autoras,

> [...] o conhecimento e uso formativo pelo professor das competências e habilidades que os alunos dominam e/ou deveriam dominar para série/ano avaliado no SPAECE poderá ser utilizado como instrumento norteador do planejamento pedagógico na definição de ações interventivas individualizadas e diferenciadas, adequadas ao nível de desenvolvimento de cada aluno. (SANTOS et al., 2015, p. 105).

Uma das maiores dificuldades dos professores nas avaliações consiste em observar e medir os diversos tipos de aprendizagem pois, cada pessoa aprende de forma variada, e têm diferentes estilos de aprender, assim, torna difícil avaliar todos os alunos de forma justa. Também é importante frisar o tempo limitado da aula, quantidade excessiva de alunos por sala e bom uso pedagógico dos resultados das avaliações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como objetivo geral descrever quais são as dificuldades apresentadas pelos professores no processo de avaliação educacional do SPAECE e assim constatou-se que são algumas dentre as quais destacam-se o próprio conhecimento docente do surgimento desse sistema de avaliação e a aplicação dos resultados pedagógicos da avaliação.

Como objetivos específicos e secundários pretendeu-se descrever o conceito de avaliação, resumir o processo de criação desse sistema de avaliação e apresentar as principais dificuldades vivenciadas pelos docentes no Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará.

Dessa forma constatou-se que ao docente, apesar da sua incompletude é necessário debruçar-se no processo avaliativo para conhecê-lo melhor, a sua força, a interpretação de seus resultados, a mensagem passada pelo mesmo e procurar fazer uma autorreflexão





























de sua prática docente. Essa pesquisa deixa um espaço aberto para futuras investigações nessa área importantíssima à temática da avaliação.

Logo, o processo avaliativo sempre fará parte do sistema educativo e porque não dizer de nossas vidas e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação faz parte do contexto da necessidade de criar um sistema próprio baseado nos moldes das avaliações externas que produzem além de resultados ao estado, resultados das ações docentes que se bem interpretados por seus pares no chão da escola ajudam a formular as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento da educação e do povo do Estado.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, J. A. **Accountability in education.** Paris: International Institute for Educational Planning, 2005. Disponível em: . Acesso em: 28 maio 2021.

BLASIS, Eloisa de. Avaliações em larga escala: contribuições para a melhoria da qualidade na educação. Cadernos Cenpec. São Paulo, v. 3, n. 1, jun. 2013, p. 251-268.

CASASSUS, J. Uma nota crítica sobre a avaliação estandardizada: a perda de qualidade e a segmentação social. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, n. 9, p. 71-78, maio./ago. 2009.

COLEMAN, S. James. **Desempenho nas escolas públicas.** In: BROOKE, N.; SOARES, J. F. (org.). Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 26-32.

OLIVEIRA, A. G. L. S.; COSTA, A. G.; VIDAL, E. M. Avaliações municipais no Ceará: características e usos dos resultados. Revista Meta: Avaliação, v. 13, n. 39, p. 274-299, jun. 2021.

PEQUENO, M. I. C.; LIMA, A. C. Revelações do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – Spaece 2004: lições e desafios. VIDAL, E. M. (Org.). Avaliação do sistema e qualidade da educação no Ceará: estudos exploratórios do Spaece 2004. Fortaleza: SEDUC, 2006.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação entre duas lógicas: da excelência à regulação das aprendizagens. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS, Francesca Danielle Gurgel et al. **SPAECE:** perspectivas de acompanhamento da aprendizagem dos alunos cearenses através de seus resultados. Revista Ensino Interdisciplinar, v.I, n. I, jul. 2015, p. 96-108.

SOLIGO, Valdecir. Possibilidades e desafios das avaliações em larga escala da educação básica na gestão escolar. 2010. Disponível em:

















http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica /1_Po ssibilidades_e_Desafios_Valdecir_Soligo.pdf. Acesso em: 19 fev. 2019.

Villas-Boas, Benigna M. de Freitas. **Planejamento da Avaliação**. **Escolar.** Próposições, V. 9, N. 3, P. 19-27, Nov. 1998.

Luckesi, Cipriano C. Avaliação da Aprendizagem na Escola: Reelaborando Conceitos e Recriando a Prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.





















